



moimenta da beira
município

Relatório de Gestão





Relatório de Gestão

“O relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objectivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social, sobre a entidade a que respeita, a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação”.



1. Introdução

Em cumprimento do estatuído no Decreto – Lei n.º 54 –A/99, de 22 de Fevereiro, diploma legal que procedeu à aprovação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o executivo municipal de Moimenta da Beira apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2010.

Nos termos do ponto n.º 13 do POCAL, o Relatório de Gestão, a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo, deve contemplar os seguintes aspectos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão dos diferentes sectores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
 - b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
 - c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros nos últimos anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
 - d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Em suma, “o Relatório de Gestão deverá ser um documento que proporcione uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pela autarquia e a eficácia na realização dos objectivos”.

Em termos estruturais, o Relatório agora apresentado pretende possibilitar a percepção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foi desenvolvida a actividade do Município.

Na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram tidas em devida conta, além do POCAL, a Lei das Finanças Locais e a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas, de 12 de Julho, que aprovou as “instruções para a



organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)”.

O trabalho desenvolvido pelo Município apesar das grandes dificuldades em que se encontra, ou talvez mesmo por causa delas, é motivo de grande satisfação e até de orgulho. Não por se tratar de um trabalho profícuo ainda que solitário, mas por ser o resultado do empenho e da dedicação de muita gente: os políticos dos diferentes órgãos autárquicos, os trabalhadores municipais e todos aqueles que, em cada momento, se juntam a nós com o mesmo objectivo comum.



2.

2.1 Mensagem do Presidente da Câmara

Pelo segundo ano consecutivo, ao dirigimo-nos a todos os utentes desta informação, somos obrigados a, em abono da verdade, como primeira referência, colocar ênfase na crise que tendo sido transversal a todas as regiões, a todos os países e até a todos os continentes. Acentua-se e persiste em manter-se nas economias periféricas e mais frágeis, como é a Economia Portuguesa.

O arrastar da situação, tem desencadeado forte instabilidade financeira nos mercados granjeando terreno fértil para a especulação, provocando em Portugal o crescimento acentuado das taxas de juros e o aumento de desemprego. Apesar das drásticas medidas que têm sido tomadas, tarda o aparecimento de claros sinais de melhoria.

Vivemos assim um período difícil em Portugal, subitamente agravado por força da crise política instalada, pela crise de confiança que necessita que todos, políticos, empresários e trabalhadores, acreditem que somos capazes de a ultrapassar num País e numa Europa que necessita de se reencontrar e voltar a ganhar a capacidade e as condições de liderança que o projecto Europeu necessita e merece.

O ano de 2010 representou, no panorama internacional, um contexto sócio-económico verdadeiramente adverso, na sequência do que persistentemente vimos assistindo nos últimos anos.

A Economia Mundial, e nomeadamente as economias mais desenvolvidas, viram-se forçadas, apesar da conjuntura recessiva, a implementar medidas de contracção no Investimento, priorizando o reequilíbrio ao nível das suas Finanças Públicas, facto relevante na Europa, de forma mais expressiva nas economias periféricas e de maior fragilidade, como é o caso da economia portuguesa.

O ano de 2010 foi o primeiro ano completo do mandato autárquico 2009/2013, depois da tomada de posse ocorrida no dia 30 de Outubro de 2009, tendo como uma prioridade política para a gestão do Município a melhoria constante das suas finanças, sem descurar grandes objectivos de desenvolvimento, de forma sustentável, sempre



pensando no futuro que existe para além de nós próprios, tornando o Município de Moimenta da Beira, um referencial de atractividade e qualidade de vida.

No ano 2010 continuámos a gerir os constrangimentos financeiros da Autarquia, adicionados pela diminuição de receita dos Fundos do Orçamento de Estado do IUC e IMT.

Activámos e maximizamos os equipamentos do Município, desenvolvemos grandes esforços no sentido da solução de vários problemas que se foram arrastando na vida do Município, condicionando-a numa forma indelével, relacionados com projectos anteriores, alguns mesmo muito antigos, tendo sido lançadas bases e projectos para novos investimentos no futuro próximo.

No que respeita a outras importantes Políticas Municipais, mantivemos um forte dinamismo na área da Educação, da Cultura, da Acção Social, do Turismo, do Desporto e da Juventude.

Foi atribuída uma especial atenção às actividades económicas no concelho, dando muita prioridade a acções que possam envolver todos, para desenvolver mais.

Demos continuidade à execução dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia e as Associações do Município.

A orientação determinada pelas Grandes Opções do Plano 2010, foi seguida de acordo com as possibilidades do Município, aproveitando oportunidades, e vencendo dificuldades, com a utilização das capacidades existentes, num trabalho diário intenso, construído por um vasto conjunto de parcerias com os Cidadãos, as Associações, as Empresas, o Governo e outras Entidades da Administração Central e Local.

A gestão da crise económica e social, a limitação das disponibilidades financeiras com impacto na limitação do aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN, as transferências de competências na área da Educação (entre outras), os novos modelos de gestão dos sistemas ambientais (nomeadamente da água, saneamento e RSU), as



exigências do dia-a-dia implicam projectos e programas bem enraizados e ambiciosos, lideranças fortes, capacidade de inovação, gestão próxima e conhecedora da realidade.

As Pessoas, o Ambiente e a Reforma dos Serviços Municipais têm sido os pilares da verdadeira mudança que temos vindo a concretizar no nosso Município, mantendo-se como elementos basilares do trabalho realizado e a realizar no futuro, na qual assentam os “pilares” desta construção na qual todos trabalhamos diariamente: a inovação e reforma económica, o emprego e coesão social, o ambiente e desenvolvimento sustentado.

Determinados em continuar o processo de crescimento e de desenvolvimento do nosso Município, seguiremos neste caminho em conjunto com as Pessoas, aprofundando o trabalho de equipa e de solidariedade institucional com o reforço das Parcerias com entidades públicas (Câmaras Municipais e Associações de Municípios, Administração Central) e entidades privadas (Associações sem fins lucrativos, Empresas,...), acrescentando mais valor à Nossa Terra pela realização de investimento e trabalho de gestão, numa lógica de desenvolvimento integral e integrado.

Temos de utilizar o presente para preparar a chegada de um futuro garantidamente exigente, numa atitude responsável e solidária, que da nossa parte tem uma aposta forte nas entidades empreendedoras uma das opções que prepara a gestão desses novos desafios.

Rumar ao futuro continuando a crescer, é o objectivo que queremos cumprir a cada dia.

A importância dos quatro anos do mandato 2009/2013 é enorme, pelo que assumimos a responsabilidade e o compromisso de seguirmos juntos pelo caminho do desenvolvimento, do crescimento e da elevação da qualidade de vida dos Cidadãos.

A gestão financeira da Câmara Municipal em 2010, decorreu com grande dificuldade tentando uma boa gestão da dívida a fornecedores e às Instituições de Crédito, dando prioridade ao cumprimento rigoroso do serviço de dívida à banca, com diminuição acentuada neste último item (- 1.490.478,42 euros), o que causa óbvias dificuldades



de planeamento e gestão financeira, mas garante credibilidade e honra a este Município.

A Câmara Municipal de Moimenta da Beira é gerida com a devida sustentabilidade financeira, marcada pelo objectivo do equilíbrio das suas contas, numa fase em que temos de continuar a fazer uma gestão intensa no aproveitamento dos Fundos Comunitários o que provoca tensões de tesouraria que derivam, nomeadamente, da conclusão de alguns processos judiciais em curso, da correcção da execução dos investimentos em execução e da limitação das receitas sociais, até pela crise em que vivemos, para colmatar elevados custos associados à educação e ao ambiente.

De facto, neste ano 2010 foi cumprido com elevado nível o objectivo de continuar a realizar, concretizando mais e melhor qualidade de vida para os Cidadãos.

Queremos apresentar o nosso agradecimento a todos os Deputados da Assembleia Municipal, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, demais Autarcas, Funcionários, Colaboradores, Voluntários, Associações, Governo e Instituições da Administração Central, Fornecedores, utentes e Munícipes. Todos contribuíram para que durante o difícil ano de 2010 fossemos capazes de crescer, lançando bases mais seguras para o futuro.



2.2 Enquadramento Macroeconómico

A economia mundial só recentemente começou a emergir da recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial.

Após uma contracção de 0,6% em 2009, o produto mundial terá aumentado 5% em 2010, e para 2011, as projecções do FMI apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 4%.

Em 2010, assistimos a uma recuperação a diferentes velocidades, o verdadeiro motor do dinamismo continuam a ser os mercados emergentes, principalmente a Ásia (em particular a China com uma taxa de crescimento do PIB de 10,3% e a Índia que terá em 2010 aumentado o seu produto interno em 9,7%), América Latina e África Subsariana, enquanto as economias desenvolvidas continuam a perder terreno, dominadas pelas preocupações conjunturais e financeiras.

A discrepância entre o crescimento nas economias desenvolvidas e emergentes continuará a atrair políticas macroeconómicas muito diferentes. Nos EUA e na Europa, os bancos centrais deverão continuar a implementar as políticas monetárias acomodáticas na tentativa de estimular o crescimento económico. Simultaneamente, sinais de sobreaquecimento da economia, impulsionado por fortes influxos de capitais, começam a surgir em alguns países da Ásia e América Latina, levando as autoridades a considerar a antecipação de medidas macroeconómicas restritivas para limitar o crescimento do crédito, controlar inflação e evitar aumentos súbitos e acentuados nas taxas de câmbio.

Em 2010, as crescentes incertezas sobre a solidez do sector financeiro Europeu e as dúvidas sobre a capacidade da zona Euro para resolver a sua crise de dívida soberana, abalaram um sistema financeiro ainda fragilizado.

Desencadeada pelos acontecimentos de Maio passado, com os problemas de dívida pública da Grécia, a turbulência financeira difundiu-se pela zona Euro no último trimestre do ano (atingindo particularmente a Irlanda, Espanha e Portugal), alcançando patamares nunca vistos desde o lançamento da União Económica e Monetária.

Assim, a crise financeira nos países periféricos da zona Euro, levou a uma análise de risco mais rigorosa que resultou num agravamento do seu prémio de risco soberano assim como a maiores restrições no acesso a financiamento externo. No entanto, ao contrário do plano de resgate à Grécia em Maio, e agora Portugal, as repercussões



financeiras a outros países foram limitadas, tendo mesmo as condições financeiras melhorado fora da periferia da zona Euro e em 2010, apesar das tensões nos mercados financeiros, com excepção da Grécia, Irlanda e Espanha, o crescimento na Europa será positivo, o que aponta uma tendência de recuperação face a 2009, fortemente impulsionada pelo renascimento da economia mundial. Em 2010, a zona Euro terá crescido 1,7% em contraponto com a contracção de 4% em 2009. Apesar do dinamismo recente, as instituições e os mercados continuam frágeis e a retoma na Europa a 27 deverá manter-se moderada para padrões históricos, e também em comparação com outras economias desenvolvidas, resultado essencialmente do impacto prolongado da crise, assim como da implementação de fortes medidas de controlo orçamental em 2011.

A recuperação económica está a decorrer em geral como esperado, mas os riscos continuam extremamente elevados. A maioria das economias desenvolvidas e algumas economias emergentes continuam a enfrentar grandes ajustes e desafios. Nos EUA, a economia continua a dar sinais de recuperação e em 2010, o seu produto interno terá mesmo registado um crescimento de 2,8%. No entanto, os pontos fracos não desapareceram, o elevado desemprego coloca grandes desafios sociais, o mercado imobiliário continua frágil e o sector financeiro continua em reestruturação.

Em 2010, as commodities minerais (petróleo e metais) e agrícolas (milho, algodão ou soja) registaram um aumento de preços de dois dígitos, atingindo mesmo, no caso de alguns metais, máximos históricos.

Em consequência da retoma económica, ao longo de 2010 verificou-se um aumento da procura mundial de petróleo, especialmente pelos países emergentes, o que se reflectiu numa valorização anual de 8% fixando-se o preço do barril em 91 dólares.

O aumento dos preços das commodities foi responsável, em parte, pelo aumento da inflação observada nas economias emergentes no final de 2010. O aumento dos preços dos bens alimentares teve um papel importante no escalar da inflação registado em alguns países emergentes, especialmente na Ásia. O aumento dos preços no mundo em desenvolvimento contrasta com os baixos índices de inflação na Europa e nos Estados Unidos e com a persistente deflação no Japão. A diferença é em parte um subproduto das recuperações económicas a ritmos diferentes, mais fortes dos países em desenvolvimento, em comparação com o crescimento lento das economias avançadas. De acordo com o FMI, nas economias desenvolvidas a inflação deverá manter-se nos 1,5%, fortemente influenciada pela subida do preço da energia,



enquanto nas economias emergentes e em desenvolvimento é expectável que em 2010 os preços ao consumidor tenham aumentado 6%, indicando sinais de sobreaquecimento. Em resposta a esta situação, os bancos centrais do Brasil, Rússia, Índia e China (países do Bric), que são agora responsáveis por aproximadamente 1/5 da actividade económica mundial, aumentaram recentemente taxas de juros e estão em estudo medidas adicionais para travar o avanço dos preços, especialmente os de alimentos.

Apesar do bom ritmo de crescimento observado em 2010 no produto mundial, para 2011 as previsões apontam para um abrandamento ligeiro do ritmo de expansão global, com particular evidência nas economias mais avançadas como os EUA, Japão e zona Euro.

Os mercados financeiros continuam frágeis e as tensões no mercado cambial e a instabilidade no mercado de dívida soberana podem representar fortes ameaças contra o crescimento económico.



2.3 Economia Portuguesa

A actual instabilidade da Economia Nacional, a crise nos mercados de dívida soberana foi um dos principais eventos económicos de 2010 em vários países periféricos Europeus. O baixo crescimento económico verificado no país ao longo da última década é apontado como um dos principais entraves para o equilíbrio das contas públicas portuguesas, já que dificulta a captação de receita para fazer face à despesa. Em 2010, a fraca execução orçamental, fez com que o prémio de risco soberano fosse penalizado pelos investidores internacionais exigindo uma taxa de juro para a dívida com maturidade de 10 anos a ultrapassar os 7%. Com efeito, os bancos portugueses depararam-se com dificuldades de financiamento em mercados internacionais, tendo-se financiado essencialmente com recurso ao Banco Central Europeu.

Apesar da instabilidade do mercado financeiro em Portugal e dos problemas de liquidez do sistema bancário nacional, 2010 deverá ter registado um crescimento do PIB de 1,1%, contrapondo à contracção de 2,6% de 2009.

No entanto para 2011, as projecções do FMI apontam para um crescimento económico negativo o que representa um risco acrescido a um sistema económico já fragilizado. Torna-se necessário garantir uma rigorosa execução orçamental, principalmente num cenário de crescimento negativo, para atingir os 4,6% de défice público acordados em Bruxelas para 2011.

Em 2010, a taxa de inflação média anual situou-se nos 1,4%, em contraponto com a deflação de 0,8% registada em 2009. A taxa de desemprego atingiu valores históricos, situando-se nos 11%, piorando de forma generalizada o poder de compra e a confiança dos consumidores. Estes factores, conciliados com a aceleração do processo de consolidação orçamental, com o anúncio do aumento do IVA para 23%, a diminuição de salários e o congelamento da progressão na carreira na função pública, entre outras medidas, poderão gerar um impacto mais negativo do que o antecipado a curto prazo, ainda que a médio/longo prazo devam suportar a retoma do crescimento da actividade económica do país.



Análise Orçamental, Económica e Financeira



1. Análise Orçamental

O início do ano 2010 garantia o equilíbrio orçamental: os valores da receita total correspondiam aos valores da despesa total no montante de 20.861.636,00 euros.

Com o processo de reforço/diminuição das dotações orçamentais inicialmente previstas, os valores globais da receita e despesa passaram a ser de 20.985.069,27 euros. O que significa que a dotação total final aumentou 123.433,27 euros face à dotação inicial. A razão para este aumento, deve-se sobretudo aos projectos de participação na Rigiefrutas – Cooperativa A.I.P.Tavora-Varosa, CIPRL e de diversos viadutos e obras complementares.

Face aos valores globais do orçamento final do Município de Moimenta da Beira, e considerando o volume de receitas arrecadadas e de despesas pagas durante o ano de 2010, foram atingidos níveis de execução na receita e na despesa na ordem de 49%.

Em síntese da execução orçamental do Município de Moimenta da Beira durante o ano de 2010, a qual, conforme consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	160.369,49 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	10.210.847,06 €
Execução Orçamental	122.433,27 €	Correntes	5.689.838,68 €
Operações Não Orçamentais	37.936,22 €	Capital	4.521.008,38 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	10.164.931,72 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	510.579,36 €
Correntes	6.920.115,93 €		
Capital	3.244.604,79 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	114.404,79 €
Outras	211,00 €	Execução Orçamental	76.517,93 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	510.530,00 €	Operações de Tesouraria	37.886,86 €
TOTAL	10.835.831,21 €	TOTAL	10.835.831,21 €

Depois destes números globais apresentamos a análise orçamental de acordo com a seguinte estrutura:

- **Receita**
 - a) Evolução da receita
 - b) Receita corrente
 - c) Receita de capital
 - d) Rácios da estrutura da receita



- **Despesa**
 - a) Evolução da despesa
 - b) Despesa corrente
 - c) Despesa de capital
 - d) Rácios da estrutura da despesa
- **Outros indicadores orçamentais.**



1.1. EVOLUÇÃO DA RECEITA

Para apreciarmos a evolução da receita podemos observar o quadro seguinte:

Evolução orçamental da Receita

ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2010	Correntes	8.794.815,00 €	8.795.315,00 €	6.920.115,93 €	78,68%
	Capital	12.066.821,00 €	12.066.821,00 €	3.244.604,79 €	26,89%
	Outras	- €	122.933,27 €	211,00 €	0,17%
	TOTAL	20.861.636,00 €	20.985.069,27 €	10.164.931,72 €	48,44%
2009	Correntes	9.937.250,00 €	9.937.250,00 €	6.577.495,57 €	66,19%
	Capital	10.050.000,00 €	13.628.000,00 €	8.371.038,70 €	61,43%
	Outras	- €	- €	- €	0,00%
	TOTAL	19.987.250,00 €	23.565.250,00 €	14.948.534,27 €	63,43%

Este quadro resume os principais valores recebidos pelo Município nos últimos dois anos.

Ao analisarmos a evolução orçamental da receita, verificamos que no ano em análise registou-se uma diminuição face ao ano anterior de 4.783.602,55 euros. Esta diminuição deve-se particularmente ao facto de no ano 2009, o Município ter contraído o empréstimo ao abrigo do PREDE no valor de 4.778.861,00 euros.

O Município recebeu ao longo de 2010, um montante de 10.164.931,72 euros, sendo 68% de receitas correntes (6.920.115,93 euros) e 32% de receitas de capital (3.244.604,79 euros).

As Outras Receitas, com exclusão do saldo da gerência anterior totalizaram 211,00 euros.

A aproximação à realidade dos valores orçamentados avalia-se com base no grau de execução orçamental, e em números redondos, podemos referir e concluir o seguinte:

Evolução do grau de execução orçamental da Receita – período 2009-2010

ANO	2010	2009
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	48,44%	63,43%

Ao analisarmos o grau de execução orçamental da receita, verificamos que em relação ao ano anterior houve um decréscimo de 14,99 pontos percentuais.



1.1.1. RECEITA CORRENTE

A receita corrente distingue-se em três grandes capítulos:

- a) Impostos directos, com um peso estrutural nas receitas correntes de 14,12%;
- b) Transferências correntes; com um peso estrutural nas receitas correntes de 62,74%;
- c) Venda de bens e serviços correntes, com um peso estrutural nas receitas correntes de 11,01%.

A receita cobrada e liquidada nestes três capítulos representa um total de 88% das receitas correntes do ano 2010.

Observando o quadro que se segue:

Execução orçamental das Receitas Correntes em 2010

DESCRIÇÃO	RECEITAS	2010				TAXAS DE EXECUÇÃO
		ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	%
IMPOSTOS DIRECTOS		928.270,00 €	977.430,22 €	14,12%	9,62%	105,3%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)		616.730,00 €	611.274,69 €	8,83%	6,01%	99,1%
Imposto Único de Circulação		102.870,00 €	124.711,61 €	1,80%	1,23%	121,2%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)		208.670,00 €	241.443,92 €	3,49%	2,38%	115,7%
IMPOSTOS INDIRECTOS		72.995,00 €	63.781,24 €	0,92%	0,63%	87,4%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		71.415,00 €	81.615,08 €	1,18%	0,80%	114,3%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE		2.650.200,00 €	491.225,19 €	7,10%	4,83%	18,5%
TRANSFERENCIAS CORRENTES		4.296.910,00 €	4.341.907,69 €	62,74%	42,71%	101,0%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro		3.384.422,00 €	3.428.433,92 €	49,54%	33,73%	101,3%
FSM - Fundo Social Municipal		256.697,00 €	240.603,00 €	3,48%	2,37%	93,7%
Participação Fixa no IRS		153.591,00 €	158.212,00 €	2,29%	1,56%	103,0%
Outros		415.100,00 €	411.719,37 €	5,95%	4,05%	99,2%
Serviços e Fundos Autónomos		87.100,00 €	102.939,40 €	1,49%	1,01%	118,2%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		705.525,00 €	761.985,98 €	11,01%	7,50%	108,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		70.000,00 €	202.170,53 €	2,92%	1,99%	288,8%
TOTAL RECEITAS CORRENTES		8.795.315,00 €	6.920.115,93 €	100,00%	68,08%	78,7%

Concluimos também que:

- a) dos 62,74% - peso estrutural das transferências correntes, 55,31 % refere-se ao peso estrutural dos fundos municipais correntes (FEF, FSM , IRS). Os fundos municipais são efectivamente a principal receita do Município.
- b) as receitas correntes representam 68,08% da receita total cobrada.



- c) a taxa de execução orçamental das receitas correntes é de 78,7 %.
- d) as receitas correntes representam 68,08 % do valor total das receitas arrecadadas pelo Município.

Detalhe dos Impostos Directos:

Execução Orçamental dos Impostos Directos em 2010

DESCRIÇÃO RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	2010			
		RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
IMPOSTOS DIRECTOS	928.270,00 €	977.430,22 €	14,12%	9,62%	105,3%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	616.730,00 €	611.274,69 €	8,83%	6,01%	99,1%
Imposto Único de Circulação	102.870,00 €	124.711,61 €	1,80%	1,23%	121,2%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	208.670,00 €	241.443,92 €	3,49%	2,38%	115,7%

O Imposto Municipal sobre Imóveis teve uma taxa de execução de 99,1%.

O Imposto Único de Circulação e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, tiveram uma taxa de execução superior a 100%, na ordem dos 121,2% e 115,7%, respectivamente.

A execução global dos impostos directos foi de 105,3%

Evolução da Receita cobrada de Impostos Directos – Período 2009 e 2010

DESCRIÇÃO RECEITAS	2010	2009	Var. €	Var. %
	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
IMPOSTOS DIRECTOS	977.430,22 €	924.909,92 €	52.520,30 €	6%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	611.274,69 €	540.322,16 €	70.952,53 €	13%
Imposto Único de Circulação (IUC)	124.711,61 €	133.145,65 €	- 8.434,04 €	-6%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	241.443,92 €	251.442,11 €	- 9.998,19 €	-4%

O Imposto Municipal sobre Imóveis registou um aumento face a 2009 em cerca de 71 mil euros equivalentes a 13%.

Em relação ao Imposto Único de Circulação (IUC) e ao Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis (IMT) ambos registaram uma diminuição face a 2009, de 6% e 4% respectivamente.



Detalhe das Transferências Correntes:

Execução Orçamental das Transferências Correntes em 2010

DESCRIÇÃO	2010				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO
RECEITAS					%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.296.910,00 €	4.341.907,69 €	62,74%	42,71%	101,0%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.384.422,00 €	3.428.433,92 €	49,54%	33,73%	101,3%
FSM - Fundo Social Municipal	256.697,00 €	240.603,00 €	3,48%	2,37%	93,7%
Participação Fixa no IRS	153.591,00 €	158.212,00 €	2,29%	1,56%	103,0%
Outros	415.100,00 €	411.719,37 €	5,95%	4,05%	99,2%
Serviços e Fundos Autónomos	87.100,00 €	102.939,40 €	1,49%	1,01%	118,2%

No momento de elaboração do Orçamento para 2010, ainda não era conhecido o orçamento de estado para o mesmo ano, dado que apenas foi publicado em 28/04/2010 (Lei n.º 3-B/2010). Os valores orçamentados tiveram subjacentes os dados do ano anterior, porém, a execução obtida retrata para as diferentes rubricas taxas de execução próximas dos 100%.

Evolução das transferências correntes – Período 2009 e 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var. €	Var. %
	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
RECEITAS				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.341.907,69 €	4.269.700,28 €	72.207,41 €	1,69%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.428.433,92 €	3.384.422,00 €	44.011,92 €	1,30%
FSM - Fundo Social Municipal	240.603,00 €	256.697,00 €	16.094,00 €	-6,27%
Participação Fixa no IRS	158.212,00 €	153.591,00 €	4.621,00 €	3,01%
Outros	411.719,37 €	435.336,59 €	23.617,22 €	-5,43%
Serviços e Fundos Autónomos	102.939,40 €	39.653,69 €	63.285,71 €	159,60%

O valor global das transferências correntes registou um aumento face a 2009 em cerca de 72 mil euros equivalentes a 1,69%.

As rubricas que apresentam maior variação em valor são FEF e Serviços e Fundos Autónomos.

Destaca-se o facto de o valor transferido do Orçamento de Estado para o FSM – Fundo Social Municipal ter tido uma redução de 6,27% ou seja cerca de 16 mil euros.

Detalhe da Venda de Bens e Serviços:

Execução Orçamental da Venda de Bens e Serviços em 2010



DESCRIÇÃO	2010				
RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO
					%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	705.525,00 €	761.985,98 €	11,01%	7,50%	108,0%
Publicações e Impressos	1.000,00 €	159,32 €	0,00%	0,00%	15,9%
Produtos acabados e intermédios - Água	250.000,00 €	230.281,97 €	3,33%	2,27%	92,1%
Outros	5.000,00 €	882,25 €	0,01%	0,01%	17,6%
Serviços Sociais	12.000,00 €	10.485,67 €	0,15%	0,10%	87,4%
Serviços Culturais	5.000,00 €	5.235,30 €	0,08%	0,05%	104,7%
Serviços Desportivos	6.000,00 €	69.019,30 €	1,00%	0,68%	1150,3%
Saneamento	10.000,00 €	3.771,16 €	0,05%	0,04%	37,7%
Transportes colectivos de pessoas e mercac	60.000,00 €	70.741,02 €	1,02%	0,70%	117,9%
Transportes por conta de particulares	10.000,00 €	7.806,23 €	0,11%	0,08%	78,1%
Cemitérios	5.000,00 €	8.068,13 €	0,12%	0,08%	161,4%
Parques de Estacionamento	5.000,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
Parque de Campismo	100,00 €	1.805,50 €	0,03%	0,02%	1805,5%
Reembolso de Seguros	10.000,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
Tarifa de Disponibilidade - Água	91.200,00 €	102.338,78 €	1,48%	1,01%	112,2%
Tarifa de Disponibilidade - Saneamento	83.120,00 €	92.256,59 €	1,33%	0,91%	111,0%
Tarifa de Disponibilidade - RSU	117.105,00 €	129.012,68 €	1,86%	1,27%	110,2%
Rendas de Habitações	15.000,00 €	11.038,64 €	0,16%	0,11%	73,6%
Rendas de Edifícios	20.000,00 €	19.083,44 €	0,28%	0,19%	95,4%

Através do quadro anterior podemos constatar que a execução global do valor da venda de bens e serviços correntes foi superior a 100%.

Assumem especial destaque as rubricas relacionadas com a venda e serviços de água, saneamento e RSU. Destaca-se também os valores auferidos pela prestação de serviços dos equipamentos desportivos do Município e o valor inerente aos passes de transportes escolares.

Evolução da Venda de Bens e Serviços – Período 2009 e 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	761.985,98 €	745.664,11 €	16.321,87 €	2,2%
Publicações e Impressos	159,32 €	143,34 €	15,98 €	11,1%
Produtos acabados e intermédios - Água	230.281,97 €	227.804,10 €	2.477,87 €	1,1%
Outros	882,25 €	558,18 €	324,07 €	58,1%
Serviços Sociais	10.485,67 €	12.463,45 €	- 1.977,78 €	-15,9%
Serviços Culturais	5.235,30 €	2.989,83 €	2.245,47 €	75,1%
Serviços Desportivos	69.019,30 €	73.044,77 €	- 4.025,47 €	-5,5%
Saneamento	3.771,16 €	7.205,14 €	- 3.433,98 €	-47,7%
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	70.741,02 €	66.088,41 €	4.652,61 €	7,0%
Transportes por conta de particulares	7.806,23 €	6.796,56 €	1.009,67 €	14,9%
Cemitérios	8.068,13 €	5.380,81 €	2.687,32 €	49,9%
Parques de Estacionamento	- €	- €	- €	0,0%
Outros	- €	2.718,16 €	- 2.718,16 €	-100,0%
Parque de Campismo	1.805,50 €	- €	1.805,50 €	100,0%
Reembolso de Seguros	- €	- €	- €	0,0%
Tarifa de Disponibilidade - Água	102.338,78 €	96.748,62 €	5.590,16 €	5,8%
Tarifa de Disponibilidade - Saneamento	92.256,59 €	89.770,67 €	2.485,92 €	2,8%
Tarifa de Disponibilidade - RSU	129.012,68 €	124.605,75 €	4.406,93 €	3,5%
Rendas de Habitações	11.038,64 €	12.977,84 €	- 1.939,20 €	-14,9%
Rendas de Edifícios	19.083,44 €	16.368,48 €	2.714,96 €	16,6%



Com a Venda de Bens e Serviços, o Município arrecadou no ano 2010, 761.985,98 euros, valor superior ao ano 2009 em 16.321,87 €, equivalente a 2,2%.

Completamos de seguida a nossa análise da **receita corrente** com um quadro da variação anual comparativa dos capítulos que a compõem:

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
IMPOSTOS DIRECTOS	977.430,22 €	924.909,92 €	52.520,30 €	5,7%
IMPOSTOS INDIRECTOS	63.781,24 €	68.218,24 €	- 4.437,00 €	-6,5%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	81.615,08 €	71.500,21 €	10.114,87 €	14,1%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	491.225,19 €	437.452,57 €	53.772,62 €	12,3%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.341.907,69 €	4.269.700,28 €	72.207,41 €	1,7%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	761.985,98 €	745.664,11 €	16.321,87 €	2,2%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	202.170,53 €	60.050,24 €	142.120,29 €	236,7%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	6.920.115,93 €	6.577.495,57 €	342.620,36 €	5,2%

Em conclusão, ao analisarmos o quadro anterior, verificamos que o valor global das receitas correntes no ano 2010, são superiores em 342.620,36 €, ou seja 5,2% ao valor do ano 2009. Com excepção dos impostos indirectos (mercados e feiras, obras,...) todas as restantes rubricas tiveram uma variação positiva no biénio em análise.

1.1.2. RECEITA DE CAPITAL

A receita de capital arrecadada pelo Município durante o ano de 2010 ascendeu a 3.244.604,79 euros.

Na receita de capital distinguem-se dois grandes capítulos:

a) Transferências de capital, com um peso estrutural nas receitas de capital de 75,70%; e

b) Passivos Financeiros, com um peso estrutural nas receitas de capital de 23,12%.

A receita cobrada e liquidada nestes dois capítulos representa um total de 98,82% das receitas de capital do ano 2010.

Observando o quadro que se segue:

Estrutura das Receita de Capital – ano 2010



DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	2010			
		RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	388.150,00 €	34.360,00 €	1,06%	0,34%	8,9%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.058.671,00 €	2.456.194,79 €	75,70%	24,16%	22,2%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	600.000,00 €	750.000,00 €	23,12%	7,38%	125,0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00 €	4.050,00 €	0,12%	0,04%	20,3%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	12.066.821,00 €	3.244.604,79 €	100,00%	31,92%	26,9%

Concluimos também que:

- a) as receitas de capital representam 31,92% da receita total cobrada.
- b) a taxa de execução orçamental das receitas de capital é de 26,9%.
- c) o capítulo passivos financeiros representa a maior taxa de execução 125%, seguida do capítulo transferências de capital com 22,2%.

De seguida vamos analisar o comportamento da receita de capital em relação ao ano anterior:

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var. €	Var. %
	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	34.360,00 €	77.078,06 €	- 42.718,06 €	-55,4%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.456.194,79 €	3.005.099,64 €	- 548.904,85 €	-18,3%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	750.000,00 €	5.288.861,00 €	- 4.538.861,00 €	-85,8%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.050,00 €	- €	4.050,00 €	100,0%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3.244.604,79 €	8.371.038,70 €	- 5.126.433,91 €	-61,2%

A receita de capital tem-se desagregado em três grandes capítulos:

- a) Venda de bens de investimento,
- b) Transferências de capital, e
- c) Passivos financeiros

Assim, e com base no quadro anterior verifica-se que comparativamente com o ano 2009, a rubrica passivos financeiros foi a que mais contribuiu para o decréscimo total da receita de capital.

De salientar que a diminuição desta rubrica, deve-se sobretudo, à contratação no ano 2009 com a Direcção Geral do Tesouro e Finanças e a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Vale do Távora e Douro CRL, de dois empréstimos que totalizaram 4.778.861,00 € (40% e 60%), respectivamente, que visaram a substituição de dívida a fornecedores e fornecedores de imobilizado, por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a



redução do prazo médio de pagamentos dos compromissos assumidos perante terceiros, ao abrigo do programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º191-A/2008, de 27 de Novembro.

1.1.3 RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura de Receita, comparando 2010/2009:

Rácios de Estrutura da Receita Total

FÓRMULAS / RUBRICAS	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias (1)	1.600.778,02 €		1.382.885,37 €	
Receita Total	10.164.931,72 €	16%	14.948.534,27 €	9%
Impostos Directos	977.430,22 €		924.909,92 €	
Receita Total	10.164.931,72 €	10%	14.948.534,27 €	6%
FEF + FSM + IRS	6.283.443,71 €		6.799.809,64 €	
Receita Total	10.164.931,72 €	62%	14.948.534,27 €	45%
Passivos Financeiros	750.000,00 €		5.288.861,00 €	
Receita Total	10.164.931,72 €	7%	14.948.534,27 €	35%
Venda de Bens e Serviços	796.345,98 €		822.742,17 €	
Receita Total	10.164.931,72 €	8%	14.948.534,27 €	6%

(1) Consiste no somatório das seguintes componentes do orçamento executado: impostos indirectos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes.

A análise alargada aos rácios (2010/2009) permite concluir que:

A receita própria (impostos indirectos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes) teve um aumento face a 2009, na ordem dos 218 mil euros. Em relação aos impostos directos, registaram um aumento de 52.500 euros aproximadamente, mantendo o seu peso estrutural em 10%.

Os fundos municipais diminuíram cerca de 516 mil euros. O resultado obtido para este rácio permite concluir um grau de dependência desta receita de 62%.

Em 2009, 35% da receita foi proveniente de empréstimos bancários, resultado da contratação do PREDE. Dado que no ano 2010, não se verificou a contratação de empréstimos de ML Prazo, tal situação originou uma descida de 28 pontos percentuais. A receita resultante da venda de bens e serviços cerca de 26 mil euros, no entanto aumentou em 2 pontos percentuais o seu peso em relação à receita total.



1.2. EVOLUÇÃO DA DESPESA

Para apreciarmos a evolução da despesa podemos observar o quadro seguinte:

Evolução orçamental da Despesa

DESPESAS					
ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2010	Correntes	8.611.675,00 €	8.873.557,33 €	5.689.838,68 €	64,12%
	Capital	12.249.961,00 €	12.111.511,94 €	4.521.008,38 €	37,33%
	TOTAL	20.861.636,00 €	20.985.069,27 €	10.210.847,06 €	48,66%
2009	Correntes	8.748.675,00 €	10.160.817,00 €	8.387.552,27 €	82,55%
	Capital	11.238.575,00 €	13.404.433,00 €	6.458.805,48 €	48,18%
	TOTAL	19.987.250,00 €	23.565.250,00 €	14.846.357,75 €	63,00%

O quadro anterior resume os principais valores pagos pelo Município nos últimos dois anos.

Durante o ano de 2010 a taxa de execução (48,66%) foi inferior em relação ao ano anterior (63,00%).

Ao analisarmos a evolução orçamental da despesa, verificamos que no ano 2010 registou-se uma diminuição do valor executado face ao ano anterior de 4.635.510,69 euros. Esta diminuição tal como na execução da receita está associada ao facto de no ano 2009, o Município ter contraído o empréstimo ao abrigo do PREDE.

O Município recebeu ao longo de 2010, um montante de 10.210.847,06 euros, sendo 56% de despesas correntes (5.689.838,68 euros) e 44% de despesas de capital (4.521.008,38 euros).

A aproximação à realidade dos valores orçamentados avalia-se com base no grau de execução orçamental, e em números redondos, podemos referir e concluir o seguinte:

Evolução do grau de execução orçamental da Despesa – período 2009-2010

ANO	2010	2009
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	48,66%	63,00%

Ao analisarmos o grau de execução orçamental da despesa, verificamos que em relação ao ano anterior houve um decréscimo de 14,34 pontos percentuais.



1.2.1. DESPESA CORRENTE

A despesa corrente distingue-se em cinco grandes capítulos:

- a) Despesas com pessoal, com um peso estrutural nas despesas correntes de 50,78%;
- b) Aquisição de bens e serviços; com um peso estrutural nas despesas correntes de 29,82%;
- c) Juros e outros encargos, com um peso estrutural nas despesas correntes de 3,18%;
- d) Transferências correntes, com um peso estrutural nas despesas correntes de 15,85%;
- e) Outras despesas correntes, com um peso residual na estrutura nas despesas correntes de 0,37%;

A despesa corrente paga nestes cinco capítulos representa um total de 55,72% das despesas totais do ano 2010 e tiveram uma taxa de execução de 64,1%.

Execução orçamental das Despesas Correntes em 2010

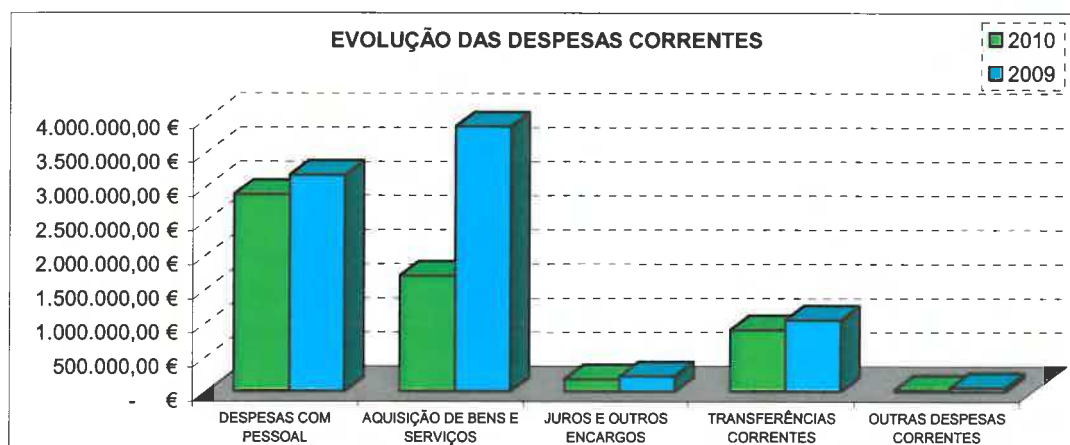
DESCRIÇÃO	2010				
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
DESPESAS COM PESSOAL	2.975.639,80 €	2.889.017,00 €	50,78%	28,29%	97,1%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.369.417,18 €	1.696.774,50 €	29,82%	16,62%	38,8%
Aquisição de Bens	1.117.364,87 €	299.604,35 €	5,27%	2,93%	26,8%
Aquisição de Serviços	3.252.052,31 €	1.397.170,15 €	24,56%	13,68%	43,0%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	286.795,74 €	180.990,28 €	3,18%	1,77%	63,1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.178.004,61 €	901.822,38 €	15,85%	8,83%	76,6%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.700,00 €	21.234,52 €	0,37%	0,21%	33,3%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	8.873.557,33 €	5.689.838,68 €	100,00%	55,72%	64,1%

Evolução das Despesas Correntes – Período 2009 e 2010

As despesas correntes durante o ano 2010, registaram uma diminuição bastante significativa, de 2.697.713,59 euros, distribuídos e justificados pelas rubricas constantes no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESA CORRENTE	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
DESPESAS COM PESSOAL	2.889.017,00 €	3.172.033,75 €	- 283.016,75 €	-8,92%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.696.774,50 €	3.886.395,08 €	- 2.189.620,58 €	-56,34%
Aquisição de Bens	299.604,35 €	908.968,87 €	- 609.364,52 €	0,00%
Aquisição de Serviços	1.397.170,15 €	2.977.426,21 €	- 1.580.256,06 €	-53,07%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	180.990,28 €	222.687,61 €	- 41.697,33 €	-18,72%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	901.822,38 €	1.048.099,03 €	- 146.276,65 €	-13,96%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.234,52 €	58.336,80 €	- 37.102,28 €	-63,60%
TOTAL DESPESA CORRENTE	5.689.838,68 €	8.387.552,27 €	- 2.697.713,59 €	-32,16%

Gráfico: Evolução das Despesas Correntes, por classificação económica – período 2009-2010



Detalhe das despesas com pessoal:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
DESPESAS COM PESSOAL	2.889.017,00 €	3.172.033,75 €	- 283.016,75 €	-8,92%
Remunerações Certas e Permanentes	2.376.693,26 €	2.309.039,19 €	67.654,07 €	2,93%
Abonos Variáveis ou Eventuais	58.221,97 €	92.991,45 €	- 34.769,48 €	-37,39%
Segurança Social	454.101,77 €	770.003,11 €	- 315.901,34 €	-41,03%

Comparativamente com 2009, em 2010 as despesas com o pessoal diminuíram 283.016,75 euros, sendo que:

- a) as remunerações certas e permanentes aumentaram 67.654,07 euros;
- b) os abonos variáveis ou eventuais diminuíram 34.769,48 euros; e
- c) as despesas com a segurança social (CGA, SS, encargos com saúde) diminuíram 315.901,34 euros.

Detalhe das Aquisições de Bens e Serviços:



DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.696.774,50 €	3.886.395,08 €	- 2.189.620,58 €	-56,34%
Aquisição de Bens	299.604,35 €	908.968,87 €	- 609.364,52 €	-67,04%
Combustíveis e Lubrificantes	159.754,84 €	150.268,49 €	9.486,35 €	6,31%
Munições, explosivos e artificios	- €	2.530,80 €	- 2.530,80 €	-100,00%
Limpeza e Higiene	6.872,74 €	10.016,49 €	- 3.143,75 €	-31,39%
Vestuário e artigos pessoais	621,61 €	4.841,66 €	- 4.220,05 €	-87,16%
Material de escritório	12.055,96 €	22.163,28 €	- 10.107,32 €	-45,60%
Prémios condecorações e ofertas	9.003,81 €	17.834,06 €	- 8.830,25 €	-49,51%
Mercadorias para venda				
Água	75.637,08 €	650.999,75 €	- 575.362,67 €	-88,38%
Material de Educação, cultura	9.283,08 €	3.975,29 €	5.307,79 €	133,52%
Outros	26.375,23 €	46.339,05 €	- 19.963,82 €	-43,08%
Aquisição de Serviços	1.397.170,15 €	2.977.426,21 €	- 1.580.256,06 €	-53,07%
Encargos de Instalações	531.552,84 €	467.406,52 €	64.146,32 €	13,72%
Conservação de bens	26.629,36 €	30.746,86 €	- 4.117,50 €	-13,39%
Locação de bens	8.210,88 €	244,80 €	7.966,08 €	3254,12%
Comunicações	70.074,37 €	80.092,40 €	- 10.018,03 €	-12,51%
Transportes	161.567,15 €	632.717,63 €	- 471.150,48 €	-74,46%
Seguros	24.925,44 €	22.005,24 €	2.920,20 €	13,27%
Estudos, parceres, projectos	18.717,18 €	15.961,44 €	2.755,74 €	17,26%
Assistência técnica	18.952,71 €	19.695,28 €	- 742,57 €	-3,77%
Outros trabalhos especializados	170.133,17 €	1.282.324,24 €	- 1.112.191,07 €	-86,73%
Encargos de cobrança de receitas	105.613,18 €	65.355,54 €	40.257,64 €	61,60%
Outros	260.793,87 €	360.876,26 €	- 100.082,39 €	-27,73%

Comparativamente com 2009, em 2010 as aquisições de bens e serviços (pagas) diminuíram 2.189.620,58 euros, sendo que:

- a) as aquisições de bens diminuíram 609.364,52 euros; e
- b) as aquisições de serviços diminuíram 1.580.256,06 euros.

Refira-se que grande parte destes encargos decorre da regular actividade do Município – Despesas de Funcionamento, onde se incluem encargos das instalações (electricidade, limpeza, etc.), aquisição de água de abastecimento público, tratamento de afluentes e resíduos, transportes escolares, comunicações, seguros, aquisições de projectos e consultadoria, pequenas reparações e conservações, trabalhos especializados.

Detalhe dos Juros e Outros Encargos:



DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
JUROS E OUTROS ENCARGOS	180.990,28 €	222.687,61 €	-	41.697,33 € -18,72%
Empréstimos de Curto Prazo	5.322,48 €	13.494,49 €	-	8.172,01 € -60,56%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	109.737,51 €	207.322,33 €	-	97.584,82 € -47,07%
Outros Encargos Financeiros	65.930,29 €	1.870,79 €	-	64.059,50 € 3424,20%

O valor suportado com juros e outros encargos sofreu uma redução no período de 18,72 % equivalente a 41.697,33 euros.

Constata-se uma diminuição relevante no valor dos juros de empréstimos de médio e longo prazo, em virtude da redução do capital em dívida, no entanto, verifica-se um acréscimo muito significativo do valor dos outros encargos financeiros, resultante do débito de juros imputados por fornecedores.

Detalhe das Transferências Correntes:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	901.822,38 €	1.048.099,03 €	-	146.276,65 € -13,96%
Sociedades e Quase Sociedades não				
Financeiras - Privadas	7.182,72 €	6.584,16 €	-	598,56 € 9,09%
Administração Central Estado	74.115,41 €	86.204,99 €	-	12.089,58 € -14,02%
Administração Local				
Freguesias	244.442,96 €	255.337,68 €	-	10.894,72 € -4,27%
Associação de Municípios	- €	1.500,00 €	-	1.500,00 € -100,00%
Outros	1.000,00 €	- €	-	1.000,00 € 100,00%
Instituições Sem Fins Lucrativos	544.693,61 €	676.970,40 €	-	132.276,79 € -19,54%
Famílias	30.387,68 €	21.501,80 €	-	8.885,88 € 41,33%

Comparativamente com o ano 2009, em 2010 o valor das transferências correntes efectivamente pagas foi inferior em 146.276,65 euros.

As transferências correntes reflectem essencialmente os apoios financeiros atribuídos às diferentes Instituições, Associações e Juntas de Freguesia.



1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

A despesa de Capital desagrega-se em quatro grandes capítulos:

DESCRIÇÃO	2010				
DESPESAS DE CAPITAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	8.549.004,91 €	1.927.427,10 €	42,63%	18,88%	22,5%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.297.028,61 €	343.102,86 €	7,59%	3,36%	26,5%
ACTIVOS FINANCEIROS	25.000,00 €	10.000,00 €	0,22%	0,10%	40,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	2.240.478,42 €	2.240.478,42 €	49,56%	21,94%	100,0%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	12.111.511,94 €	4.521.008,38 €	100,00%	44,28%	37,3%

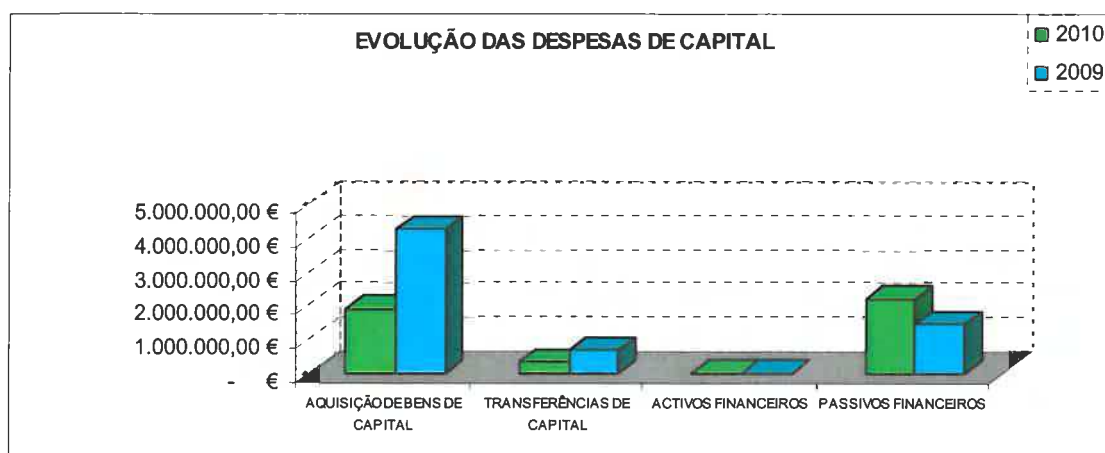
A despesa de Capital paga representa um total de 44,28% das despesas totais do ano 2010 e tiveram uma taxa de execução de 37,3%.

Evolução das Despesas de Capital – Período 2009 e 2010

As despesas de capital durante o ano 2010, registaram uma diminuição bastante significativa, de 1.937.797,10 euros, distribuídos e justificados pelas rubricas constantes no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.927.427,10 €	4.295.071,10 €	- 2.367.644,00 €	-55,12%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	343.102,86 €	680.457,57 €	- 337.354,71 €	-49,58%
ACTIVOS FINANCEIROS	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	2.240.478,42 €	1.483.276,81 €	757.201,61 €	51,05%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4.521.008,38 €	6.458.805,48 €	- 1.937.797,10 €	-30,00%

Gráfico: *Evolução das Despesas de Capital, por classificação económica – período 2009-2010*



Refere-se no entanto, que os valores da despesa paga (corrente e capital) no ano 2009, estão em grande parte influenciados pela utilização do empréstimo no âmbito do PREDE.

Detalhe das Aquisições de Bens de Capital:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.927.427,10 €	4.295.071,10 €	- 2.367.644,00 €	-55,12%
Terrenos	460.958,01 €	252.201,75 €	208.756,26 €	82,77%
Habitacões	27.856,77 €	114.397,79 €	- 86.541,02 €	-75,65%
Edifícios	129.377,74 €	223.564,55 €	- 94.186,81 €	-42,13%
Construções Diversas	1.103.935,03 €	3.238.446,20 €	- 2.134.511,17 €	-65,91%
Material de Transportes	51.921,94 €	75.983,12 €	- 24.061,18 €	-31,67%
Equipamento de Informática	2.281,80 €	6.473,71 €	- 4.191,91 €	-64,75%
Equipamento Administrativo	20.951,15 €	30.256,74 €	- 9.305,59 €	-30,76%
Equipamento Básico	33.326,83 €	112.019,82 €	- 78.692,99 €	-70,25%
Artigos e Objectos de Valor	644,70 €	- €	644,70 €	100,00%
Outros Investimentos	83.856,18 €	111.881,38 €	- 28.025,20 €	-25,05%
Bens de Dominio Público	12.316,95 €	129.846,04 €	- 117.529,09 €	-90,51%

Globalmente, o valor da aquisição de bens de capital apresenta um forte decréscimo de 55,12 %, superior a 2 milhões de euros, no ano 2010 comparativamente com o ano 2009.

A rubrica "Construções Diversas" é a que apresenta maior expressão, explicando 90% do decréscimo.

Detalhe das Transferências de Capital:



DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	343.102,86 €	680.457,57 €	- 337.354,71 €	-49,58%
Freguesias	166.201,69 €	307.262,59 €	- 141.060,90 €	-45,91%
Associações de Municípios	105.000,00 €	255.862,48 €	- 150.862,48 €	-58,96%
Instituições Sem Fins Lucrativos	71.901,17 €	117.332,50 €	- 45.431,33 €	-38,72%

Comparativamente com o ano 2009, em 2010 o valor das transferências de capital efectivamente pagas foi inferior em 337.354,71 euros.

As transferências de capital reflectem os apoios financeiros para investimento atribuídos às Juntas de Freguesia (protocolos), Associação Regional de Municípios de Vale do Távora, e outras Instituições.

Detalhe dos Passivos Financeiros:

DESCRIÇÃO	2010	2009		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
PASSIVOS FINANCEIROS	2.240.478,42 €	1.483.276,81 €	757.201,61 €	51,05%
Empréstimos de Curto Prazo	1.050.000,00 €	620.000,00 €	430.000,00 €	69,35%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1.190.478,42 €	863.276,81 €	327.201,61 €	37,90%

O valor dos passivos financeiros reflecte a utilização / pagamento dos empréstimos bancários.

No ano 2010, o acréscimo da utilização do empréstimo de curto prazo é explicado em parte pelo facto de no ano 2009 ter transitado o valor de 300.000,00€ que apenas foi pago em Fevereiro de 2010.

Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo, foi amortizado no ano 2010, 1.190.478,42 €, valor este, superior em 327.201,61 € face ao ano 2009. Este acréscimo é explicado pelo facto de no ano 2010 incluir o pagamento de 12 prestações do empréstimo contraído em 2009 – PREDE, enquanto que no ano anterior apenas foram pagas 6 prestações, após a sua contratação.

1.2.3. RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura da Despesa, comparando os resultados de 2010 e 2009:



Rácios de análise da Estrutura da Despesa

FÓRMULAS / RUBRICAS	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Despesas com Pessoal	2.889.017,00 €	51%	3.172.033,75 €	38%
Despesa Corrente	5.689.838,68 €		8.387.552,27 €	
Despesas com Pessoal	2.889.017,00 €	28%	3.172.033,75 €	21%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Aquisição de bens e serviços Correntes	1.696.774,50 €	17%	3.886.395,08 €	26%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Aquisição de bens de investimento	1.927.427,10 €	19%	4.295.071,10 €	29%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Transferências Correntes	901.822,38 €	16%	1.048.099,03 €	12%
Despesa Corrente	5.689.838,68 €		8.387.552,27 €	
Transferências Correntes	901.822,38 €	9%	1.048.099,03 €	7%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Transferências de Capital	343.102,86 €	8%	680.457,57 €	11%
Despesa de Capital	4.521.008,38 €		6.458.805,48 €	
Transferências de Capital	343.102,86 €	3%	680.457,57 €	5%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Amortização de Empréstimos de CP	1.050.000,00 €	10%	620.000,00 €	4%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Amortização de Empréstimos de MLP	1.190.478,42 €	12%	863.276,81 €	6%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	1.300.215,93 €	13%	1.070.599,14 €	7%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Despesa de Capital	4.521.008,38 €	44%	6.458.805,48 €	44%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Despesa Corrente	5.689.838,68 €	56%	8.387.552,27 €	56%
Despesa Total	10.210.847,06 €		14.846.357,75 €	
Despesa Total	10.210.847,06 €	880,17 €	14.846.357,75 €	1.279,75 €
População (Fonte: DGAL 2009)	11.601		11.601	

O peso estrutural das despesas com pessoal situou-se em 28% do total das despesas efectuadas, traduzindo uma situação aceitável a este nível. No entanto, representam 51 % das despesas correntes.

A totalidade das aquisições de bens de investimento e de serviços correntes representam 36 % no conjunto da despesa total.

O peso do serviço de dívida de médio e longo prazo (amortização de empréstimos + juros), representa 13% da despesa total.

De notar que os rácios da despesa de capital e despesa corrente vs despesa total, são equivalentes nos 2 anos.

O Valor da despesa realizada considerando a população do Concelho situou-se nos 880,17 euros em 2010, enquanto que em 2009 foi de 1.279,75 euros.



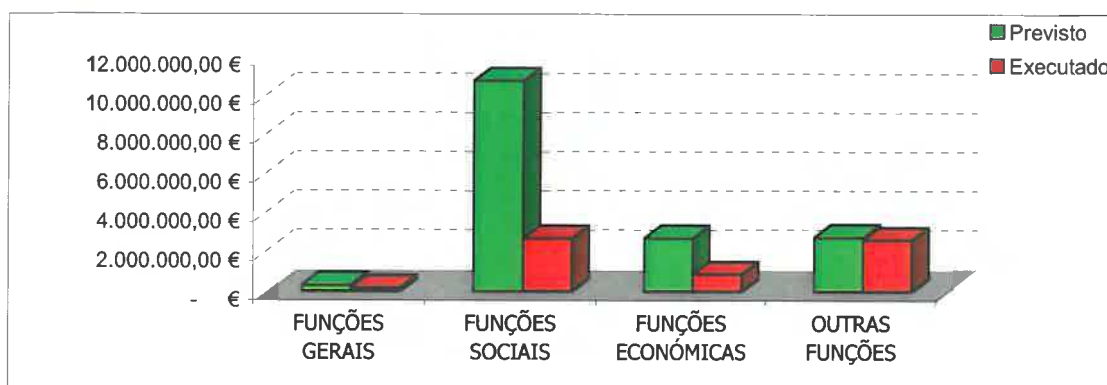
Tal como já foi frisado anteriormente, a comparabilidade de vários indicadores, quer do lado da receita, quer da despesa, são afectadas, pelo facto de no ano 2009 o Município ter contraído o empréstimo de MLP – PREDE.

2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

Execução orçamental das Grandes Opções do Plano

Código	Classificação Funcional	GOP'S 2010				
		Previsão		Execução Valor	Execução	
		Inicial	Final		Exec. %	Exec. %
		(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
1.	FUNÇÕES GERAIS	351.250,00 €	304.700,00 €	149.351,35 €	42,5%	49,0%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	250.500,00 €	203.950,00 €	77.838,67 €	31,1%	38,2%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	100.750,00 €	100.750,00 €	71.512,68 €	71,0%	71,0%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	11.509.713,93 €	10.795.675,72 €	2.718.153,25 €	23,6%	25,2%
2.1.	EDUCAÇÃO	3.073.808,00 €	2.304.085,60 €	770.129,61 €	25,1%	33,4%
2.1.1.	Ensino não superior	1.807.808,00 €	1.032.240,60 €	273.536,29 €	15,1%	26,5%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1.266.000,00 €	1.271.845,00 €	496.593,32 €	39,2%	39,0%
2.2.	SAÚDE	2.500,00 €	2.500,00 €	1.026,00 €	41,0%	41,0%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	2.500,00 €	2.500,00 €	1.026,00 €	41,0%	41,0%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	326.000,00 €	332.050,00 €	47.795,75 €	14,7%	14,4%
2.3.2.	Ação Social	326.000,00 €	332.050,00 €	47.795,75 €	14,7%	14,4%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6.152.301,45 €	5.609.082,63 €	983.259,80 €	16,0%	17,5%
2.4.1.	Habitação	672.473,00 €	352.582,45 €	43.527,77 €	6,5%	12,3%
2.4.2.	Ordenamento do território	2.748.152,58 €	2.426.472,90 €	519.239,59 €	18,9%	21,4%
2.4.3.	Saneamento	930.714,88 €	1.082.167,89 €	158.938,22 €	17,1%	14,7%
2.4.4.	Abastecimento de Água	1.013.738,37 €	1.072.986,77 €	156.369,04 €	15,4%	14,6%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	330.906,88 €	282.083,88 €	72.206,35 €	21,8%	25,6%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	456.315,74 €	392.788,74 €	32.978,83 €	7,2%	8,4%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.955.104,48 €	2.547.957,49 €	915.942,09 €	46,8%	35,9%
2.5.1.	Cultura	489.723,57 €	463.324,57 €	177.494,42 €	36,2%	38,3%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1.382.054,74 €	2.001.306,75 €	713.371,50 €	51,6%	35,6%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	83.326,17 €	83.326,17 €	25.076,17 €	30,1%	30,1%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.459.758,03 €	2.735.883,12 €	873.798,55 €	35,5%	31,9%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	347.918,00 €	347.918,00 €	15.918,00 €	4,6%	4,6%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	899.121,13 €	938.371,13 €	401.522,08 €	44,7%	42,8%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	812.319,04 €	1.080.194,13 €	427.840,95 €	52,7%	39,6%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	390.399,86 €	359.399,86 €	26.682,83 €	6,8%	7,4%
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	10.000,00 €	10.000,00 €	1.834,69 €	18,3%	18,3%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.177.674,16 €	2.784.174,16 €	2.642.114,43 €	121,3%	94,9%
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	1.947.674,16 €	2.539.174,16 €	2.421.468,70 €	124,3%	95,4%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	224.000,00 €	224.000,00 €	210.645,73 €	94,0%	94,0%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	6.000,00 €	21.000,00 €	10.000,00 €	166,7%	47,6%
TOTAL GERAL		16.498.396,12 €	16.620.433,00 €	6.383.417,58 €	38,69%	38,41%

No ano de 2010 a execução financeira dos projectos de investimentos e actividades mais relevantes constantes nas GOP corresponde a um total de 6,3 milhões de euros o que equivale a uma taxa de execução de cerca de 38,41% face ao valor final orçamentado de 16,6 milhões de euros.

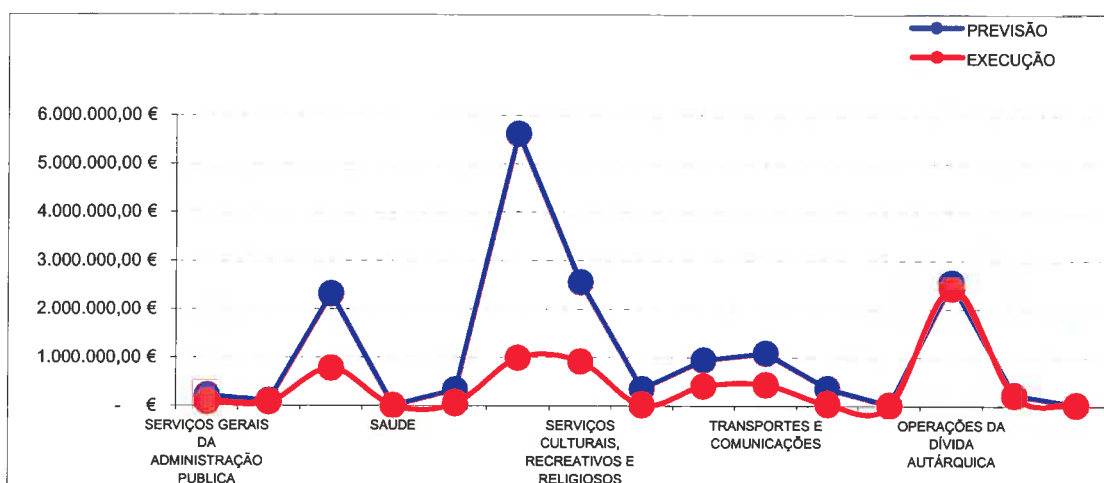


Em termos previsionais as funções sociais e as outras funções são as que têm maior relevância.

Em termos de execução financeira as também são as funções sociais e as outras funções as que possuem maior evidência.

Vejamos o gráfico, de forma a concluir sobre o peso de cada programa:

Execução orçamental das Grandes Opções do Plano, por programas – ano 2010



Em termos previsionais o programa Habitação e serviços colectivos é o que tem maior relevância, seguido dos serviços culturais recreativos e religiosos, e em terceiro lugar temos as operações da dívida autárquica.

Em termos de execução financeira o programa operações da dívida autárquica é o que tem maior relevância.



As grandes opções do plano incluem o plano plurianual de investimentos e as actividades mais relevantes.

Vejamos a evolução da execução financeira das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e das actividades mais relevantes em separado, ao longo dos últimos dois anos:

Grau de Execução orçamental das GOP – período 2009 a 2010

ANO	2010	2009
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	38,41%	55,98%

A taxa de execução orçamental das GOP em 2010 diminuiu 17,55 pontos percentuais face ao ano anterior.

Grau de Execução Orçamental do PPI – período 2009 a 2010

ANO	2010	2009
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	22,55%	43,40%

A taxa de execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), em 2010 diminuiu 20,85 pontos percentuais face ao ano anterior.

Grau de Execução Orçamental do PAM – período 2009 a 2010

ANO	2010	2009
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	55,21%	69,68%

A taxa de execução orçamental do Plano de Actividades Municipal (PAM), em 2010 diminuiu 14,47 pontos percentuais face ao ano anterior.



3. Análise Patrimonial



A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos em anexo.

Balanço

O Balanço, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da Autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

Orientado nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 54 – A/99, de 22 de Fevereiro, estatuiu a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que culminou na progressiva aproximação da gestão dos organismos públicos à vigente nos organismos privados. Veio, portanto, responder à necessidade de dar maior transparência à gestão dos dinheiros públicos, incorporando ao subsistema da contabilidade orçamental, até então único sistema obrigatório, o da contabilidade patrimonial. Este sistema contabilístico complementar ao orçamental é hoje absolutamente fundamental para a gestão pública, ao permitir uma nova abordagem ao registo das finanças das autarquias.

Deve por isso ser considerado um regime inovador que cria condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, cujos efeitos são unicamente internos, com a contabilidade patrimonial, que respeita a operações subsequentes ao reconhecimento de um direito ou obrigação com efeitos na esfera patrimonial de terceiros.

No quadro de uma contabilidade pública moderna, o POCAL é efectivamente um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas. É um sistema que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente



denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objectivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;



- Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adoptar a normalização, vista como a adopção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade reflectir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os activos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os activos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia e apresentam-se do lado esquerdo do balanço, ordenados de uma forma crescente, segundo o grau de liquidez. Assim temos:

- Activo Imobilizado, composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente; (Saliente-se o facto de ainda não constarem do património da Autarquia a totalidade dos bens de domínio público e privado, designadamente viadutos, arruamentos e obras complementares, infra-estruturas de drenagem e águas de abastecimento e residuais, praças, e outros espaços públicos, pelo facto de não estar concluído o processo de inventariação, avaliação e registo). Assim, o valor do activo imobilizado da autarquia em 2010 apresenta-se sub-avaliado bem como a rubrica de fundos próprios.



- Activo circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber.

Do lado direito do balanço apresenta-se o passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da instituição para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados. À semelhança do que acontece com a organização dos activos no balanço, a sua ordem é apresentada de acordo com o grau de disponibilidade ou liquidez, mas neste caso de uma forma decrescente. Assim temos:

- Passivo de médio e longo prazo, que corresponde às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a instituições financeiras.
- Passivo circulante, respeitante às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores.

A diferença apurada entre o total do activo e o total do passivo aparece também do lado esquerdo do balanço e intitula-se de fundos próprios, consistindo na medida residual da posição financeira, traduzida pela diferença referida.

No caso do Município, os fundos próprios apresentam ainda todo o património inicial, apurado à data em que entrou em vigor o POCAL, e o património criado em função do nível de actividade económica da Autarquia apurado através do resultado líquido do exercício.

O balanço regista ainda, em ambos os lados, uma rubrica denominada acréscimos e diferimentos, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que se lhes associam.



Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Os custos consistem na tradução monetária do consumo de bens e serviços adquiridos pela Autarquia. Pesa negativamente no benefício económico espectável no período contabilístico em causa e, nessa medida, constituem uma componente negativa da criação de valor.

Os proveitos dão tradução monetária às receitas da Autarquia e, por isso, são elementos positivos do benefício económico espectável também no período contabilístico em causa.

Ao agrupar e classificar por natureza os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais surgem separados do seguinte modo:

- Operacionais: obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;
- Financeiros: obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;
- Correntes: obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);
- Extraordinários: obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;
- Líquidos: obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

Trata-se por isso de um exercício de extrema utilidade, porquanto permite medir a eficiência com que os recursos financeiros, de acordo com a sua natureza, foram



aplicados durante o ano de 2010, fornecendo assim informações de suporte mais seguras e fiáveis para a tomada de decisões por parte do órgão executivo.

No ano 2010, o Município apresentou um Resultado Líquido do Exercício positivo, de **869.603,57 €**, contrariamente ao resultado negativo do ano 2009 de **1.043.201,80 €**.

Convém ainda salientar que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas, podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.



Evolução do Endividamento

A Lei de enquadramento Orçamental determina que, em cumprimento das obrigações de estabilidade orçamental decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento, estabelece limites específicos de endividamento anual, designadamente, para as autarquias locais, elencados na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro) que estabelece os tipos e as finalidades possíveis de endividamento municipal e os seus respectivos limites (e excepções aos limites).

A Lei das Finanças Locais, define o conceito de endividamento líquido, n.º1 artigo 36º:

" O montante do endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

O **limite de endividamento líquido municipal**, encontra-se definido no n.º1 do artigo 37.º da LFL, sendo que este não pode exceder 125% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

A violação do disposto no n.º 1 do artigo 37.º (Excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano) da LFL, determina uma redução de 10% do montante excedido no final de cada ano seguinte (sob pena de retenção do excesso verificado no ano decorrido, - n.º 2 daquele artigo 37.º).

A retenção do excesso é feita através da redução mensal de 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro pelo número de duodécimos **até perfazer aquele montante excedido**.



O montante retido aos municípios por violação dos limites é afecto ao Fundo de Regularização Municipal de acordo com o estipulado na Lei das Finanças Locais no n.º 4 do artigo 5.º e do artigo 42.º, bem como do artigo 18.º do Dec. Lei 38/2008 de 07 de Março.

De acordo com o n.º 3 do artigo 19.º do Dec. Lei 38/2008, decorridos três anos sobre o facto gerador da retenção, sem que a devolução ao Município se tenha verificado, os fundos existentes e respectivos juros são afectos ao FEF, destinando-se a reforçar, nos termos da repartição daquele fundo, as dotações dos municípios com uma capitação de impostos locais inferior a 1,25 de média nacional que estejam a cumprir os objectivos do plano de saneamento ou reequilíbrio financeiro, não relevando para efeitos do disposto no artigo 29.º da LFL.

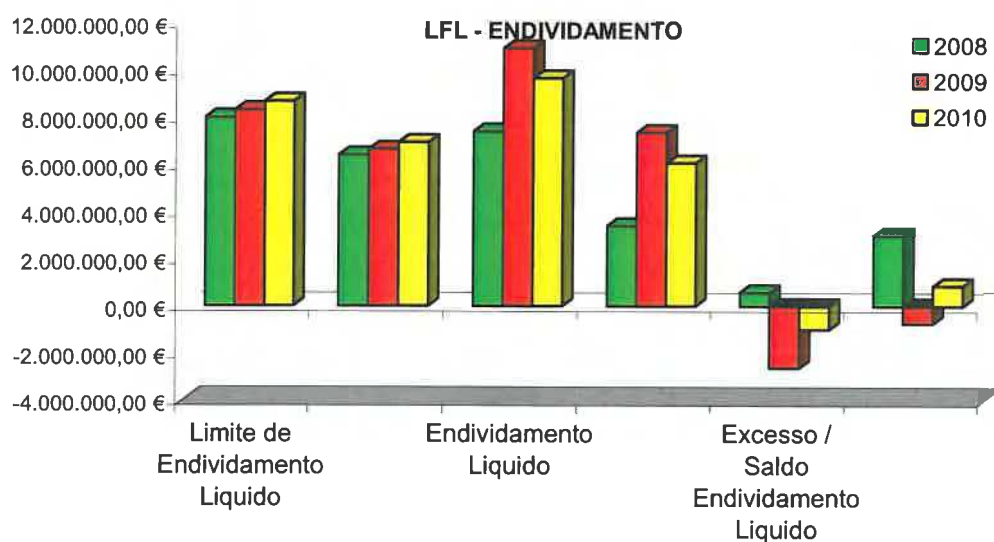
No entanto, caso de se verifique o inverso, os montantes deduzidos às transferências orçamentais são devolvidos ao município nos 30 dias seguintes à verificação por parte da DGAL, em 50 % quando o Município no ano seguinte ao que determinou a redução reduza em mais de 20 % o excesso de endividamento líquido; e na totalidade, caso o município elimine o excesso de endividamento líquido nos três anos subsequentes ao que determinou a redução.

Adicionalmente informa-se que a violação das disposições legais anteriormente mencionadas poderá configurar eventual responsabilidade financeira sancionatória prevista e punível nos termos do disposto no artigo 65º, n.º 1, alínea b) e f), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, imputando-se a responsabilidade aos membros do órgão executivo camarário. (Vide - Acórdão nº. 9/08 – 3ª Secção - PL e Sentença nº 3/2008 – Mai. 20 – 3ª S do Tribunal de Contas).



O quadro seguinte espelha a situação da evolução do endividamento do Município, comparando os anos 2008, 2009 e 2010;

Data	Limite ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Montante em Excesso / Disponível	
	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-2008	8.027.262,10 €	6.421.809,68 €	7.432.664,44 €	3.415.253,44 €	1.710.003,56 €	594.597,66 €	3.006.556,24 €
31-12-2009	8.335.702,30 €	6.668.561,84 €	10.948.112,51 €	7.393.457,79 €	1.530.883,92 €	-2.612.410,21 €	-724.895,95 €
31-12-2010	8.704.339,69 €	6.963.471,75 €	9.690.060,06 €	6.082.429,58 €	1.351.433,71 €	-985.720,37 €	881.042,17 €



Considerando os valores mencionados, verifica-se que o Município em 31.12.2010 ainda ultrapassa / excede, o valor do limite de endividamento líquido em 985.720,37 €. Porém, no ano 2010 assistimos a uma redução de 1.626.689,84 €, equivalente a 62%, salvaguardando o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo (MLP) o Município apresenta um saldo disponível de 881.042,17 €, contrariamente, ao ano de 2009 que apresentava um excesso de 724.895,95 €.